

C E N T E N Á R I O D O

Antigo Palácio da Justiça de Niterói

Em comemoração aos 100 anos da construção do Antigo Palácio da Justiça de Niterói, o Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ) apresenta, por meio de textos, imagens e documentos, a trajetória desse espaço, relacionando-o à evolução urbana da cidade.

Com o advento da República no Brasil, os estados passaram a organizar os seus próprios Judiciários, e, nessa perspectiva, foi criado um tribunal de última instância no

antigo estado do Rio de Janeiro, denominado Tribunal da Relação. Com o aumento do movimento forense, houve a necessidade de se construir um prédio digno para sediar o Tribunal e o foro local.

Assim, o Antigo Palácio da Justiça de Niterói foi projetado para integrar, junto aos principais edifícios públicos estaduais, o conjunto arquitetônico erigido no entorno da Praça Pedro II, atual Praça da República.



Os Primórdios de Niterói

A origem da cidade de Niterói remonta à doação de terras, em 1568, à Arariboia, chefe dos índios temiminós, como retribuição à ajuda prestada na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara.

Dos primórdios da ocupação dessa região, permanece a Igreja de São Lourenço dos Índios, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



Mapa da Baía de Guanabara em 1666, com indicação das freguesias e povoações que deram origem à cidade de Niterói.

Aparência do Rio de Janeiro. Manuscrito aquarelado sobre papel, de João Teixeira Albarnaz, "O Moço", 1666.

Estátua de Arariboia, localizada em praça de mesmo nome.

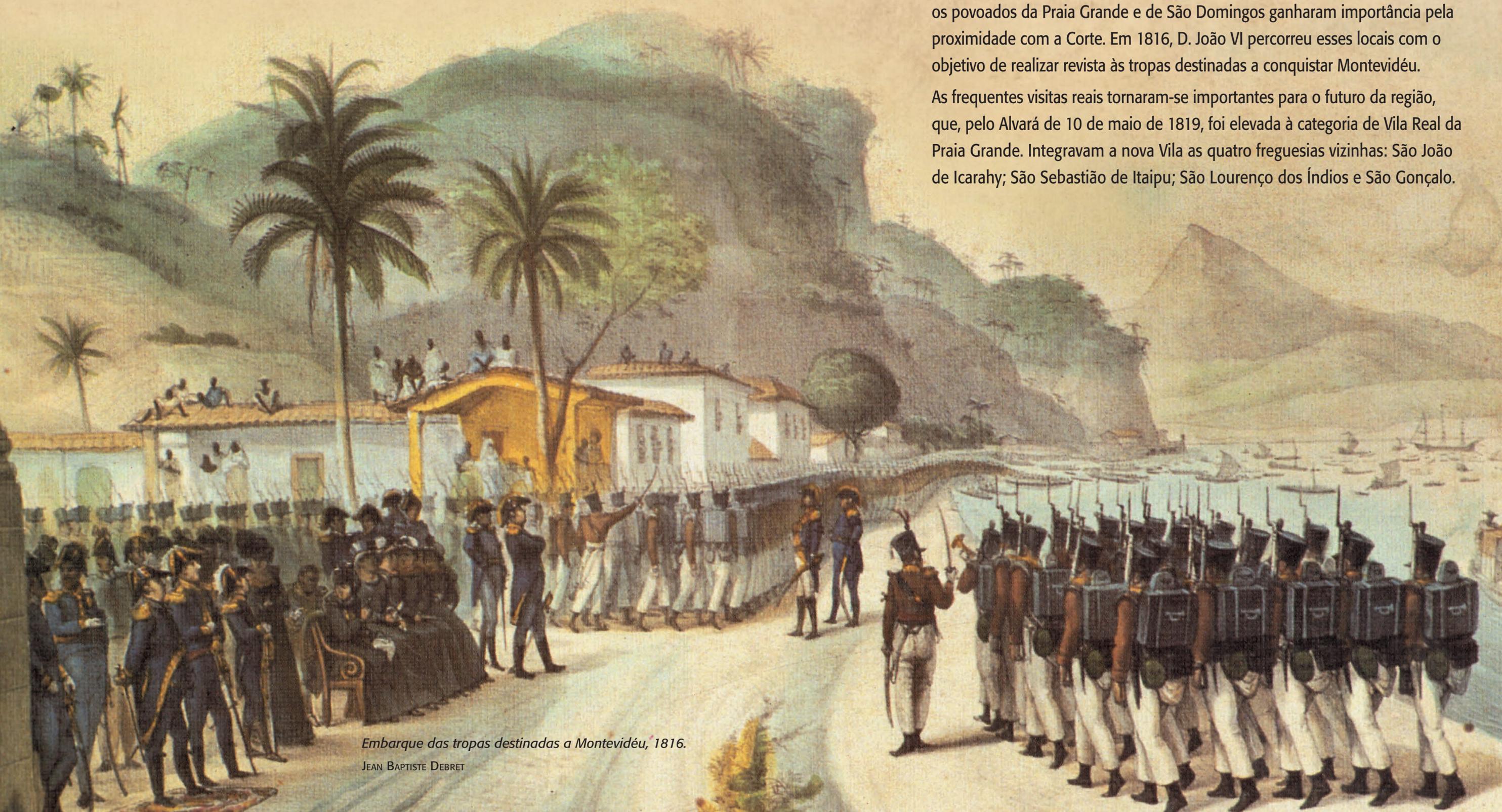
Igreja de São Lourenço dos Índios, marco da primeira ocupação portuguesa no território que hoje é a cidade de Niterói.



Dom João VI em Niterói

Com o estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro, os povoados da Praia Grande e de São Domingos ganharam importância pela proximidade com a Corte. Em 1816, D. João VI percorreu esses locais com o objetivo de realizar revista às tropas destinadas a conquistar Montevidéu.

As frequentes visitas reais tornaram-se importantes para o futuro da região, que, pelo Alvará de 10 de maio de 1819, foi elevada à categoria de Vila Real da Praia Grande. Integravam a nova Vila as quatro freguesias vizinhas: São João de Icarahy; São Sebastião de Itaipu; São Lourenço dos Índios e São Gonçalo.



Embarque das tropas destinadas a Montevidéu, 1816.

JEAN BAPTISTE DEBRET

Plano de urbanização da Vila Real da Praia Grande

José Clemente Pereira, nomeado em 1819, foi o primeiro juiz de fora da Vila Real da Praia Grande. Em decorrência do cargo, presidia também a Câmara Municipal. Neste mesmo ano, encomendou um plano de urbanização da recém-criada vila ao artista francês Arnaud Julien Pallière, ainda visível nas ruas do centro de Niterói.



José Clemente Pereira, primeiro Juiz de Fora da Vila Real da Praia Grande.

ACERVO DO MUSEU PAULISTA.
[AUTOR DESCONHECIDO]

Projeto de edificação da Vila Real da Praia Grande, de 1819, com a denominação das ruas.

Da Vila Real da Praia Grande ao Palácio da Justiça

IMPÉRIO



REPÚBLICA



1819



José Clemente Pereira
Em 11 de agosto de 1819, José Clemente Pereira toma posse do cargo de juiz de fora da Vila Real da Praia Grande.

1822

CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO

Outorgada em 25 de março de 1824, instituiu o Poder Judicial independente, composto de juizes e jurados, e declara que os juizes de direito serão perpétuos (vitalícios).



Capa da 1ª Constituição Brasileira

1824

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA UNITÁRIA

O Código de Processo Criminal de primeira instância, de 29 de novembro de 1832, dispõe sobre a organização judiciária unitária do Império.



Mapa de Niterói (1833)
VICENTE DA COSTA E ALMEIDA. BN DIGITAL

1832

O Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, institui as Assembleias Legislativas provinciais com competência para legislar sobre divisão judiciária da respectiva província.

1834



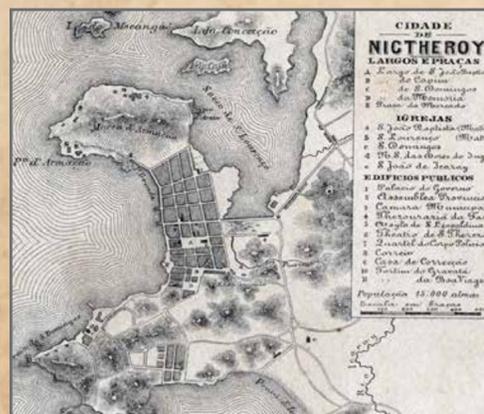
Ignácio Manuel Alvares de Azevedo

Foi o primeiro juiz de direito titular da comarca de Niterói, de 1835 a 1842. Nasceu em Itaboraí, por volta de 1810. Bacharel pelo Curso Jurídico de São Paulo, em 1833. Chefe de polícia, deputado provincial do Rio de Janeiro e deputado da Assembleia Geral do Império (1843-1844). Pai do poeta Manuel Antônio Álvares de Azevedo (1831-1852). Faleceu no município de São Gonçalo, em 1873.

1835

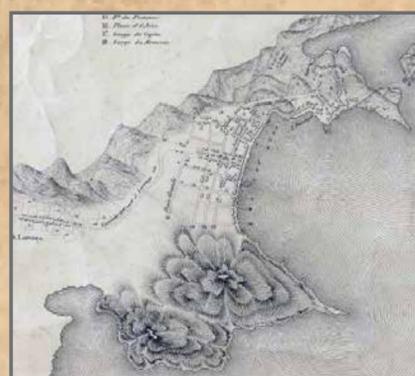
- Lei provincial nº 6, de 28 de março de 1835, eleva a Vila Real da Praia Grande, já capital da Província do Rio de Janeiro, à categoria de cidade, com a denominação de Nictheroy.
- Criação da comarca de Niterói pela Lei nº 14, de 13 de abril 1835.
- Vara Única (1835-1871).

1841



Detalhe do mapa da província do Rio de Janeiro (1868)
CÂNDIDO MENDES

1850



Planta da cidade de Niterói em 1850
JOSÉ MARIA MANSO. BN DIGITAL

1868

DUAS VARAS CUMULATIVAS (1871-1889)

Nos termos do Decreto nº 4. 826, de 22 de novembro de 1871, a comarca de Niterói é declarada de entrância especial, criando-se duas varas com jurisdição cumulativa (criminal e cível).

1871

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, transformou as províncias em estados federados, constituídos simetricamente à União, com Judiciários locais, regendo-se cada estado pela Constituição adotada.



Capa da primeira Constituição da República

1889

Em 29 de junho de 1891, foi criado o Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro, com jurisdição em todo o território fluminense, instalado na cidade de Niterói, em 15 de julho.

Ata de instalação do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1891.

ACERVO DO CCMJ

1891

O Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro passa a funcionar em Petrópolis, em decorrência da mudança da capital do Estado para essa cidade.

1894

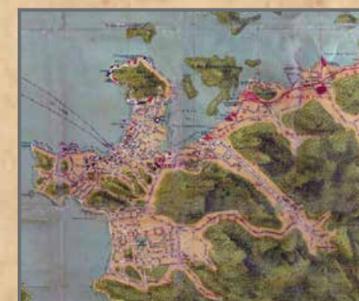


Planta da cidade de Niterói, entre 1841 e 1909
BN DIGITAL



Antiga sede do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rua 15 de novembro, já demolida.

REVISTA A LANTERNA, Nº 21 A 24.
CENTRO DE MEMÓRIA DA UFF



Detalhe do mapa da cidade de Niterói (1914)
VARLOS AENISHÄNSLIN. BN DIGITAL

1903

O Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro volta a funcionar em Niterói, com o retorno da capital estadual para essa cidade.

1909

1914

A Construção do Antigo Palácio da Justiça

No início do século XX, a cidade de Niterói passou por um novo processo de urbanização e embelezamento. Na antiga área de despejo de esgoto e lixo, conhecida como "Campo Sujo", foi construída uma praça, contornada por prédios públicos, projetados pelo arquiteto francês Emile Depuy Tessain.

Entre eles, ergueram o Palácio da Justiça, destinado a abrigar o Tribunal da Relação e o Fórum da Comarca de Niterói, cujas obras foram concluídas em 1919.



Vista aérea de Niterói, 1918. Ao fundo, vê-se a construção do Palácio da Justiça.

FOTO: JORGE KFURI. BN DIGITAL.

A arquitetura do prédio

O prédio histórico apresenta estilo eclético, com forte predominância do Renascimento italiano. A fachada é composta de seis colunas jônicas, ostentando um ático em que estátuas femininas evocam a ideia de justiça.

O 1º pavimento foi reservado para juizes e catórios da comarca de Niterói, inclusive o salão do Tribunal do Júri. No 2º pavimento, encontra-se o Salão do Tribunal Pleno.



Fachada posterior do Antigo Palácio da Justiça de Niterói na década de 1980.

ACERVO CCMJ.

Fachada principal do Antigo Palácio da Justiça de Niterói.

s./d. IBGE

O Tribunal do Júri

O primeiro julgamento, no Salão do Tribunal do Júri, foi realizado em 1º de julho de 1919. O réu José Manoel Teixeira era acusado de ter ferido gravemente, em agosto de 1917, Joaquim Augusto.

Tribunal do Jury de Nictheroy

Sob a presidência do dr. Freitas Junior, juiz de direito da 2ª vara, foram ontem iniciados os trabalhos do Tribunal do Jury da vizinha capital.

Como pedisse adiamento de julgamento o réu Demetrio Francisco da Rocha, compareceu á barra do Tribunal o réu José Mancel Teixeira, que em agosto de 1917, na ilha do Mocanguê, feriu a facca, Joaquim Augusto produzindo-lhe um ferimento gravissimo.

Foi defensor do réu o dr. Ramon Benito Alonso, sendo o mesmo posto em liberdade por unanimidade de votos.

Primeiro Julgamento ocorrido no Tribunal do Júri, noticiado pelo jornal Correio da Manhã, em 2 de julho de 1919.

A TRAGEDIA DO FONSECA

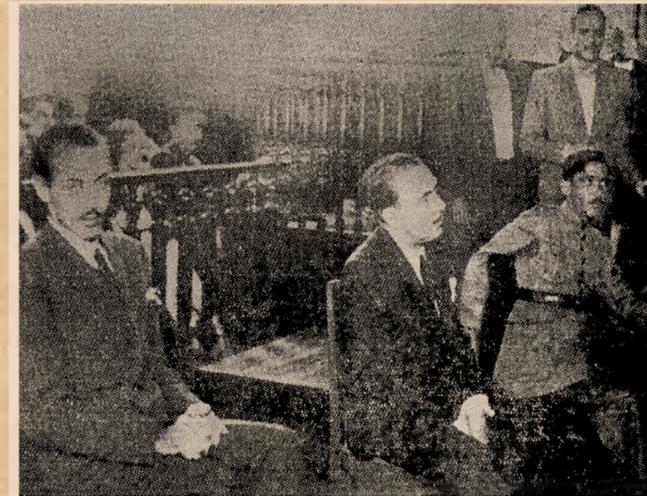
O coronel Philadelpho da Rocha julgado pelo Tribunal do Jury de Nictheroy

No dia 7 de julho de 1919, teve início o primeiro julgamento relativo a um crime de grande repercussão, conhecido como a "tragédia do Fonseca": o do tenente-coronel João Philadelpho da Rocha, acusado de haver assassinado Consuelo Fróes da Cruz.



Crime conhecido como "Tragédia do Fonseca", noticiado no jornal A Razão, em 8 de julho de 1919.

O crime do Sacco de São Francisco



Julgamento do "Crime do Saco de São Francisco", estampou a manchete do jornal A Offensiva, de 22 de agosto de 1936.

O homicídio que vitimou Esther Duque, em junho de 1936, conhecido como "crime do Saco de São Francisco". O réu, José da Costa Maia foi defendido pelos advogados Alcides Rodrigues Júnior e Stélio Galvão Bueno.

O epílogo do crime do Sacco de S. Francisco

Foi absolvido Costa Maia, o indigitado assassino de Esther Marini Duque - Como decorreu a sessão do mais sensacional jury destes ultimos tempos - O promotor publico appellou da sentença absolutoria, cabendo o novo julgamento á Côte de Appellação do Estado do Rio

Manchete sobre o julgamento do "Crime do Saco de São Francisco" no jornal Gazeta de Notícias, em 16 de dezembro de 1936.

Em 23 de dezembro de 1932, Antônio Acyr, Antônio Dacyr e Antônio Jacyr de Souza Dias foram acusados do homicídio do

cunhado, Durval de Albuquerque Lobo, que matara, em julho daquele ano, Zadyr Dias Lobo, irmã deles.



Julgamento dos irmãos Souza Dias, noticiado pela revista O Malho, em 31 de dezembro de 1932.

Olga Sueli absolvida pela Justiça fluminense



Julgamento de Olga Sueli, que teve como advogado de defesa Romeiro Neto, e como assistente de acusação Evandro Lins e Silva. Diário de Notícias, de 8 de novembro de 1951.

Na década de 1950, também despertou grande interesse o segundo julgamento de Olga Sueli Dantas e de seu irmão Manuel Dantas, acusados do assassinato de Manuel Vieira e Mário Mourão, em 28 de setembro de 1949. Advogados de renome participaram do julgamento, como Romeiro Neto, que colaborou na defesa dos acusados, e Evandro Lins e Silva, na qualidade de assistente de acusação.

Em 2009, foram realizadas as últimas sessões do júri no Antigo Palácio da Justiça.

Salão do Tribunal Pleno

Neste recinto, realizavam-se as sessões do Tribunal Pleno, ou seja, aquelas em que deveriam estar presentes todos os membros do Tribunal. No local, realizaram-se as sessões plenárias do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro, instalado neste Palácio da Justiça em 31 de janeiro de 1920.

Com a entrada em vigor das Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946, essa Corte de Justiça passou a ser denominada sucessivamente Corte de Apelação, Tribunal de Apelação e Tribunal de Justiça.

No salão, também se realizaram as sessões plenárias do Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro, nele instalado no dia 3 de novembro de 1971.

Neste espaço, um fato memorável se deu em 16 de julho de 1957: a comemoração do Cinquentenário da Conferência de Haia, com a presença de inúmeras autoridades federais e estaduais, advogados e professores. Na ocasião, foram inauguradas, no Salão Nobre, telas retratando os eminentes juristas Augusto Teixeira de Freitas,

Clovis Bevilacqua e Ruy Barbosa, de autoria de Oswaldo Teixeira, e que atualmente adornam o Pleno.

Com a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, o Tribunal de Justiça foi extinto e o Tribunal de Alçada transferido para a cidade do Rio de Janeiro.



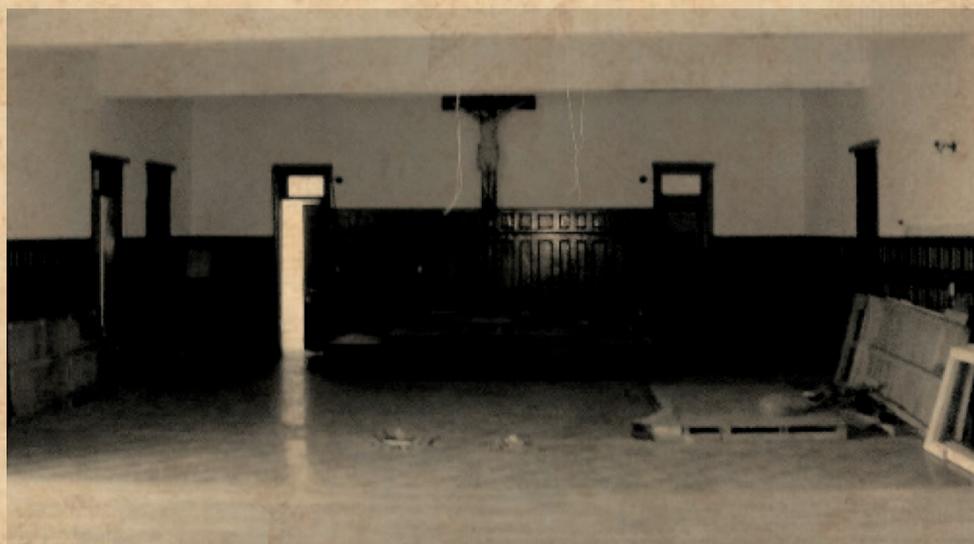
Aspecto do Salão do Tribunal Pleno em 2013.

A Restauração do Prédio

O Antigo Palácio da Justiça de Niterói passou por obras substanciais de reforma e restauração, a partir de abril de 2010, como parte do processo de revitalização dos prédios históricos do Judiciário fluminense.

Reinaugurado em 28 de janeiro de 2011, o edifício abriga atualmente a equipe do CCMJ responsável

pelos espaços de preservação e as visitas mediadas, a Biblioteca Regional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a 1ª Seção Regional da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), a Diretoria do Fórum e os serviços de mensageria e malotes da comarca de Niterói.



Reforma e restauração no Tribunal do Júri, 2010.



Reforma e restauração da fachada externa, 2010.



Restauração de ornamento da fachada, 2010.



Reforma e restauração no Tribunal Pleno, 2010.



Teste de iluminação da fachada principal, 2010.

Agenda Cultural do CCMJ no APJ-Niterói

O Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário se empenha em disseminar, por meio da cultura e da arte, valores de justiça, contribuindo com a pacificação

social, promovendo exposições, palestras, júris simulados, visitas mediadas pelo educativo, visitas orientadas pelos museólogos e apresentações musicais.



Da Pedra ao Palácio, 2018.



Música no Palácio – Festival Internacional de Cordofones. UFRJ, 2019.



Visita mediada – Mostra da Resistência à Liberdade, 2019.



Da Pedra ao Palácio, 2018.



Música no Palácio – Quarteto de Cordas da UFF, 2018.



Visita mediada – Mostra da Resistência à Liberdade, 2019.